



CÂMARA DOS DEPUTADOS
PARTIDO DOS TRABALHADORES
Gabinete da Liderança



CARTA AO PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO

Sr. Presidente,

Na qualidade de parlamentares legitimamente eleitos, como cidadãos brasileiros, em defesa do Estado democrático de direito e dos valores da democracia, vimos demonstrar nosso inconformismo e indignação com os procedimentos até aqui adotados no processo de julgamento do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A ausência de imparcialidade demonstrada pelo juiz de primeira instância Sérgio Fernando Moro alcançou tamanha envergadura que toda a imprensa o trata como antagonista do ex-presidente Lula e como “parceiro” dos membros do Ministério Público Federal, o que se choca com o sistema processual adotado em nosso ordenamento jurídico. Lembrando que um dos procuradores já afirmou publicamente que ele e o juiz Moro são “do mesmo time”.

Por outro lado, a celeridade com que está sendo processada a Apelação nesta Corte, com a data de julgamento sendo marcada antes de outras mais antigas, em uma espécie de “fura fila” processual, assim como declarações feitas de elogios à sentença proferida, e de uma campanha liderada por uma servidora deste Tribunal em redes sociais, pedindo a prisão do ex-presidente Lula, lançam preocupações sobre o caráter do julgamento a ser realizado no próximo dia 24 de janeiro. Deixa antever que, assim como ocorreu na



primeira instância, estamos diante de um julgamento de caráter político, não jurídico.

A imparcialidade do juiz é uma das maiores garantias para a realização de justiça, característica essencialmente legitimadora da função estatal jurisdicional. Quando essa garantia deixa de existir, todo o sistema é colocado em risco, sob suspeita.

O caso do ex-presidente Lula e os procedimentos adotados na Operação Lava Jato têm sido motivo de escritos, entrevistas e palestras de renomadíssimos juristas internacionais, como o professor italiano Luigi Ferrajoli¹ e o português JJ. Gomes Canotilho², ambos doutrinadores festejados e sempre citados nos julgamentos das cortes brasileiras. O que demonstra que o Brasil corre o risco, como nação, de se ver completamente desmoralizado internacionalmente caso conclua negativamente ao ex-presidente um julgamento que se evidencia pela ausência total de provas e pela clara prática de *Lawfare*.

A repercussão não é diferente entre os juristas brasileiros. O livro “Comentários a Uma Sentença Anunciada”, escrito por 123 juristas, destrincha todos os pontos da sentença proferida pelo juiz Moro e já foi traduzido para o inglês e espanhol. Foram produzidos, também, dezenas de manifestos assinados por profissionais de todas as carreiras jurídicas que denunciam a seletividade do julgamento e a ausência de elementos para condenação.

¹<https://www.cartacapital.com.br/revista/979/existem-no-brasil-garantias-do-devido-processo-legal>

²<https://www.conjur.com.br/dl/acordos-delacao-lava-jato-sao.pdf>



CÂMARA DOS DEPUTADOS
PARTIDO DOS TRABALHADORES
Gabinete da Liderança



Desse modo, como membros de um dos poderes da República, estamos aqui formalmente para reafirmar o que temos dito nas redes sociais e na imprensa: que sabemos que o ex-presidente Lula é inocente, contra ele não há qualquer prova e ele tem sido vítima de óbvia perseguição da “equipe” de Curitiba, que fez inúmeras manobras jurídicas e, sobretudo, midiáticas, para produzir resultado conhecido previamente.

Por fim, entendemos como essencial a garantia, por parte desta presidência, de que um grupo de parlamentares possa acompanhar o julgamento no dia 24 de janeiro de 2017.

Deputado Paulo Pimenta – PT/RS
Líder da Bancada na Câmara